

“Protelados principais problemas”

Três técnicos convidados pela Associação dos Analistas de Mercado de Capitais de São Paulo para debater o recente “pacote” econômico chegaram ontem à conclusão de que esse conjunto de medidas não apresenta perspectivas de melhoria da economia nacional. Os principais problemas foram protelados e, no final do ano, provavelmente será necessário um novo “pacote”.

O consultor Antônio Augusto de Mesquita Netto, ex-coordenador geral da Receita Federal, disse que um dos principais efeitos do pacote é a antecipação de receitas do próximo ano para este exercício. Assim, os Cr\$ 400 a 500 bilhões que o Tesouro espera arrecadar a mais este ano em função do conjunto de medidas fiscais adotadas poderão ser o tamanho do “rombo” na arrecadação de 83. Mesmo que os critérios sejam mantidos, com antecipação de parte das receitas de 85 para 84, ainda serão sentidos os efeitos da cobrança antecipada de 83.

MELHORAR A IMAGEM

Alquimar Moura, diretor técnico da Corretora Banespa, distinguiu dois objetivos perseguidos pelas autoridades econômicas com a adoção do “pacote”: a curto prazo, convencer o Fundo Monetário Internacional e os bancos credores de que o País está com um projeto austero para enfrentar os problemas econômicos. Com isso, se ganharia a credibilidade necessária para a liberação da segunda parcela do empréstimo do FMI, que já venceu e continua retida. O aval do FMI às novas medidas ajudaria também a liberação do novo empréstimo jumbo que o Brasil pretende obter dos bancos.

A médio prazo, dentro de três meses mais ou menos, o pacote deveria também apresentar alguns resultados concretos para a manutenção da credibilidade. Mas, segundo Moura, parece difícil a melhoria dos resultados apenas com as medidas que foram adotadas até agora. Embora ressalvando que não pretendia falar de partes do pacote que estão sendo discutidas a nível de governo mas que não foram ainda anunciadas oficialmente, o diretor da Banespa deixou claro que, sem a desindexação, a inflação atingirá níveis muito altos e o governo não conseguirá reduzir o déficit público.

“O FMI está exigindo do Brasil uma coisa absurda: redução do déficit público sem medidas que evitem o rombo causado pela correção monetária sobre a dívida interna”, afirmou Moura. Antônio Trevisan, diretor da Abamec, considerou que o Decreto-Lei nº 2.029, que tratou dos efeitos da maxidesvalorização de fevereiro, beneficiará as empresas que tiverem prejuízos e penalizará as que apresentaram lucros: as primeiras pagarão imposto ainda que o lucro seja apenas contábil enquanto as segundas poderão abater o prejuízo sofrido com a máxi.